

doi 10.46943/X.CONEDU.2024.GT19.018

A DESIGUALDADE SOCIAL PÓS-PANDEMIA DA COVID-19 E SUAS RELAÇÕES COM A IMPLEMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO 4.0 NO SISTEMA DE ENSINO BRASILEIRO

Alice de Souza Tinoco Dias¹
Carlos Henrique Medeiros de Souza²
Juliana da Conceição Sampaio Lóss³
Viviane Carneiro Lacerda Meleep⁴

RESUMO

A desigualdade social pós-pandemia vem se destacando cada vez mais em nosso país. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) o atual índice de Gini do Brasil está em 0,543 apresentado no ano de 2023, tendo esse coeficiente medindo o nível de desigualdade pautado na renda, na distribuição das riquezas e nos níveis de educação da sociedade, de forma, que quanto mais próximo do zero, melhor estará o país, o que não é muito favorável para nossa situação hoje em dia, pois a pandemia da Covid-19 trouxe inúmeros prejuízos para todos os indivíduos brasileiros, principalmente na área da educação. A educação no Brasil é um direito fundamental intrínseco a cada indivíduo destacado pela Constituição Federal de 1998, além, de ser um dos pilares para ajudar a minimizar os impactos de uma sociedade desigual. Neste sentido, tem como objetivo desse trabalho, analisar as desigualdades pós-pandemia e suas relações com a implementação da educação

1 Mestre e Doutoranda em Cognição e Linguagem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF, alicetinoco@hotmail.com.

2 Professor do Programa de Pós-graduação em Cognição e Linguagem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF, chmsouza@gmail.com.

3 Mestre e Doutoranda em Cognição e Linguagem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF, ju.sampaio23@hotmail.com.

4 Mestre e Doutoranda em Cognição e Linguagem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF, viviaceradv@gmail.com.

4.0 no sistema de ensino brasileiro, tendo como metodologia a pesquisa bibliográfica, utilizando de autores que discutem a temática da desigualdade e do acesso a educação 4.0 no sistema de ensino brasileiro, de forma a compreender a trajetória do sistema de ensino e suas adequações para atender a demanda da educação 4.0. Por isso, torna-se fundamental ressaltar a importância do direito à educação de todos os indivíduos. No entanto, também é necessário garantir o direito à diferença. É nesse contexto que surgem as preocupações com a educação 4.0 no ensino e como irá contribuir efetivamente para minimizar as desigualdades afloradas no contexto pós-pandemia.

Palavras-chave: Desigualdade, Educação 4.0, Pós-pandemia.

INTRODUÇÃO

A pandemia de Covid-19 teve um impacto profundo e global, afetando sociedades em diversas dimensões, especialmente no que diz respeito às desigualdades sociais. No Brasil, um país historicamente marcado por profundas disparidades econômicas e sociais, a pandemia trouxe à tona questões latentes relacionadas à pobreza, acesso a direitos básicos e à estrutura do sistema educacional. As medidas de distanciamento social, impostas como uma das principais formas de conter a disseminação do vírus, agravaram essas disparidades, especialmente para as populações mais vulneráveis.

Um dos efeitos mais evidentes da pandemia foi à amplificação da desigualdade no mercado de trabalho. Muitos trabalhadores, especialmente aqueles em ocupações informais ou em setores que dependiam de interações presenciais, perderam sua principal fonte de renda. O isolamento social, que deveria ser uma medida protetiva, não foi uma opção viável para milhões de brasileiros que precisavam continuar trabalhando para garantir o sustento de suas famílias. Da mesma forma, os trabalhadores essenciais, como aqueles no setor de saúde e serviços básicos, foram expostos a condições de trabalho arriscadas sem o devido suporte.

Paralelamente, o setor educacional foi gravemente afetado pela necessidade de migração abrupta para o ensino remoto. Nesse cenário, as desigualdades educacionais ficaram ainda mais pronunciadas, já que nem todos os estudantes tinham acesso a equipamentos tecnológicos ou a uma conexão de internet de qualidade para acompanhar as aulas online. Essa realidade evidenciou o quanto o direito à educação, garantido pela Constituição de 1988, ainda não é uma realidade plena para todos. Em regiões mais pobres e áreas rurais, as dificuldades de adaptação ao ensino remoto foram ainda mais significativas, com muitos alunos sem qualquer possibilidade de continuidade no aprendizado.

É nesse contexto que surge a discussão sobre a implementação da Educação 4.0 no Brasil, e este artigo tem por objetivo analisar essa desigualdade social pós-pandemia da Covid-19 e suas relações com a implementação da educação 4.0, utilizando da pesquisa bibliográfica.

A Educação 4.0, que se refere à integração de novas tecnologias digitais no processo de ensino-aprendizagem, é vista como um caminho para modernizar o sistema educacional e preparar os alunos para as exigências do século XXI. Entretanto, embora a ideia de modernização tecnológica seja promissora,

ela também carrega consigo desafios significativos, sobretudo em um país com desigualdades tão acentuadas como o Brasil. A falta de infraestrutura digital adequada, a ausência de políticas públicas robustas de inclusão tecnológica e a disparidade no acesso a recursos entre escolas públicas e privadas são barreiras que precisam ser enfrentadas para que a Educação 4.0 seja uma ferramenta de inclusão, e não mais um fator de exclusão.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada tem abordagem qualitativa, sendo a pesquisa bibliográfica, utilizando de material publicado sobre a temática, e a análise dos dados será feita por meio da análise de conteúdo, sendo importante caracterizar os conceitos e as explicações da temática, utilizando de um todo, assim, a análise de conteúdo compreende a frequência de ocorrência de determinados termos, construções e referências dos textos selecionados na pesquisa bibliográfica da temática. Para Cervo e Bervian (2002, p. 66) “a pesquisa bibliográfica é meio de formação por excelência e constitui o procedimento básico para os estudos monográficos, pelos quais se busca o domínio do estado da arte sobre determinado tema”.

REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico do trabalho está alicerçado nos seguintes teóricos: O sociólogo Peter Townsend, que apresenta como a pobreza é vista como uma falta de recursos que permite o indivíduo viver dignamente. Os autores Castells e Lévy que abordam os conceitos de ciberespaço e na sociedade da informação que vivenciamos, bem como, autores que discutem a temática da educação 4.0.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A DESIGUALDADE SOCIAL PÓS-PANDEMIA DA COVID-19

A pandemia de Covid-19 destacou as profundas desigualdades sociais presentes no Brasil, acentuando questões relacionadas a classe social, gênero e raça (Harvey, 2020). As orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS), que recomendaram o isolamento social, tornaram-se inviáveis para uma parcela

significativa da população brasileira. Trabalhadores informais, que não tinham outra fonte de renda, foram obrigados a continuar suas atividades para garantir a subsistência de suas famílias.

Simultaneamente, os trabalhadores de serviços essenciais, expostos diariamente ao vírus, não tiveram a possibilidade de seguir as orientações sanitárias, o que resultou na contaminação de muitos e na disseminação do vírus entre familiares e membros da comunidade. Essa situação evidenciou as divisões sociais e o acesso desigual às medidas de proteção.

Ainda não se pode dimensionar com precisão o impacto da pandemia na pobreza brasileira, uma vez que os fatores econômicos e políticos ainda estão sendo analisados. No entanto, os primeiros reflexos da crise foram sentidos com a paralisação econômica, que resultou em demissões em massa, jornadas de trabalho reduzidas e cortes salariais. A instabilidade financeira foi exacerbada pela falta de uma rede de proteção social eficaz, com exceção de algumas medidas emergenciais, como o auxílio à renda mínima (Antunes, 2020). A ausência de políticas públicas que garantissem a proteção social de longo prazo contribuiu para a ampliação das vulnerabilidades sociais.

O conceito de pobreza deve ser entendido de maneira relativa, refletindo os hábitos, valores e costumes de uma sociedade. Sposat (1997) sugere que, com a globalização, a noção de pobreza se aproxima de uma medida comum, com indicadores que estimam o grau de vulnerabilidade social. A pandemia trouxe à tona essas questões, revelando que a pobreza não se limita à falta de renda, mas à privação das condições básicas para uma vida digna. A falta de acesso a serviços essenciais, como saúde, moradia e saneamento, torna-se um reflexo claro dessa privação.

(...) o conceito de pobreza é relativo, refletindo os hábitos, valores e costumes de uma sociedade; entretanto, com a globalização, essa noção passa a aproximar-se de uma medida comum. Os indicadores utilizados para estimar o grau de pobreza de uma sociedade partem de medidas quantitativas comparativas, demarcando os estratos sociais que enfrentam os mais baixos padrões de vida (Sposat, 1997, p. 13).

Peter Townsend (1979) define a pobreza como a ausência de recursos que permitem ao indivíduo viver de forma digna, excluindo-o dos padrões de vida e costumes considerados normais na sociedade. A pandemia revelou de forma ainda mais intensa essas exclusões, com milhões de brasileiros enfrentando

situações de privação social. A recomendação da OMS de lavar as mãos com frequência, por exemplo, mostrou-se impraticável para mais de 30 milhões de brasileiros que, em 2019, não tinham acesso a abastecimento de água (IBGE, 2019). Isso demonstra a fragilidade estrutural do país e a incapacidade de garantir serviços básicos para uma grande parcela da população.

Antes da pandemia, o Brasil já apresentava uma elevada taxa de desemprego. No início de 2020, o número de desempregados chegou a 12 milhões, e a situação se agravou durante a crise sanitária (Antunes, 2020). Além disso, muitos trabalhadores atuavam de maneira informal, sem qualquer tipo de segurança ou direitos assegurados, o que intensificou a vulnerabilidade dessa parcela da população. Sem uma política pública eficiente de proteção ao trabalho, os trabalhadores informais enfrentaram uma situação ainda mais precária durante a pandemia, agravando suas condições de vida.

Em resposta à crise, o governo brasileiro implementou o Auxílio Emergencial, por meio da Lei nº 13.982/2020, que redefiniu os critérios de renda para a concessão do benefício. O auxílio foi oferecido a pessoas cuja renda familiar per capita fosse de até $\frac{1}{4}$ do salário mínimo, com um valor inicial de R\$600,00 por três meses consecutivos. O objetivo era fornecer uma rede de proteção social para as famílias mais vulneráveis, mas, apesar de sua importância, o benefício teve um caráter temporário e não conseguiu compensar as falhas estruturais no sistema de proteção social brasileiro.

Zygmunt Bauman (1998), em sua obra “Globalização: as consequências humanas”, já alertava sobre a intensificação das desigualdades sociais em uma sociedade globalizada. Segundo ele, “a verdadeira escala da pobreza é omitida (800 milhões de pessoas são permanentemente subnutridas, mas cerca de 4 bilhões — dois terços da população mundial — vivem na pobreza)” (Bauman, 1998, p. 69). Essa afirmação torna-se ainda mais relevante no contexto da pandemia, quando milhões de brasileiros já estavam em situação de desemprego ou subemprego, muitos dos quais sem perspectivas de melhora a curto prazo.

Os impactos da pandemia não se limitaram ao aumento do desemprego e da informalidade. A elevação dos preços dos alimentos e dos combustíveis foi outro reflexo que atingiu diretamente as populações mais pobres. Em 2020, os gastos com alimentação representaram 20,94% da renda das famílias brasileiras, o que demonstra como os aumentos de preços recaíram com mais força sobre as camadas mais vulneráveis da sociedade. A pandemia exacerbou essas dispa-

ridades, sem que houvesse uma resposta eficaz do poder público para mitigar as consequências da crise.

As políticas públicas, que deveriam ter sido reforçadas durante a pandemia, mostraram-se insuficientes para lidar com a magnitude dos problemas enfrentados pela população. A falta de uma estratégia coordenada e de longo prazo para enfrentar a pobreza e a desigualdade social no Brasil foi um dos fatores que ampliaram o sofrimento das famílias mais vulneráveis. O Auxílio Emergencial, apesar de ter sido uma medida importante, não conseguiu oferecer uma solução duradoura para as profundas desigualdades estruturais que marcaram o Brasil antes, durante e após a pandemia.

Em síntese, a pandemia de COVID-19 não criou as desigualdades sociais no Brasil, mas as tornou mais visíveis e intensificou suas consequências. A pobreza, entendida não apenas como falta de renda, mas como privação de condições básicas de vida, foi exposta de maneira brutal, especialmente entre as populações mais vulneráveis. As políticas públicas emergenciais, embora necessárias, mostraram-se insuficientes para enfrentar a gravidade da crise, deixando claro que o Brasil ainda tem um longo caminho a percorrer para garantir uma sociedade mais justa e equitativa. O desafio, no período pós-pandêmico, é formular políticas de inclusão social que promovam a redistribuição de recursos, o acesso a serviços essenciais e a redução das desigualdades, que foram exacerbadas pela pandemia.

A crise social e econômica causada pela pandemia reforça a necessidade de políticas públicas voltadas para a mitigação das desigualdades, considerando não apenas a proteção temporária, mas a criação de mecanismos de proteção social duradouros. O Brasil enfrenta agora o desafio de reconstruir sua economia e suas estruturas sociais, garantindo que as populações mais afetadas pela pandemia tenham acesso a oportunidades reais de inclusão e desenvolvimento, minimizando as cicatrizes deixadas pela crise sanitária e econômica.

A DESIGUALDADE SOCIAL E SUAS RELAÇÕES COM A EDUCAÇÃO

4.0

A quarta revolução industrial, impulsionada por avanços tecnológicos como inteligência artificial, internet das coisas e robótica, tem transformado a forma como a sociedade funciona e como o mercado de trabalho opera. No entanto, para que as gerações futuras possam se beneficiar dessas inovações,

é essencial que o sistema educacional esteja alinhado com essas transformações. O modelo educacional tradicional, baseado em uma abordagem passiva e unidirecional, precisa ser substituído por metodologias ativas que fomentem a criatividade, o pensamento crítico e a colaboração. No entanto, a transição para esse novo paradigma educacional enfrenta desafios estruturais, como a formação de professores, a oferta de equipamentos e o acesso à internet.

Além dos desafios tecnológicos, a pandemia também trouxe à tona a questão da equidade no sistema de ensino. Enquanto estudantes de escolas particulares tiveram acesso facilitado às tecnologias necessárias para o ensino remoto, muitos alunos de escolas públicas ficaram à margem desse processo. Isso reforça a necessidade de políticas públicas que garantam o acesso universal à educação de qualidade, independentemente da condição socioeconômica dos alunos. Para que a Educação 4.0 se torne uma realidade inclusiva, é fundamental que se invista na capacitação dos professores, no desenvolvimento de currículos adaptados às novas demandas e na criação de uma infraestrutura tecnológica acessível a todos.

Diante desse cenário, é necessário refletir sobre o papel da educação como um mecanismo de redução das desigualdades sociais, especialmente no contexto pós-pandemia. A pandemia não apenas expôs as fragilidades do sistema educacional brasileiro, como também acentuou a importância da educação como um dos principais pilares para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa. No entanto, para que a educação cumpra esse papel, é imprescindível que o acesso aos recursos tecnológicos seja democratizado e que as políticas públicas sejam orientadas para a inclusão digital.

A desigualdade social no Brasil não é uma questão recente, e a pandemia de COVID-19 apenas intensificou os desafios que o país já enfrentava em diversas áreas, incluindo a educação. A crise sanitária e econômica trouxe à tona a urgência de repensar o papel do Estado na promoção da igualdade de oportunidades e na garantia dos direitos básicos da população, como saúde, alimentação e educação. A implementação da Educação 4.0, embora seja uma resposta às exigências da nova era digital, só será bem-sucedida se for acompanhada de políticas inclusivas que assegurem o acesso universal a essas novas tecnologias.

A quarta revolução industrial que impacta a forma de pensar, de relacionar e de agir do ser humano, assim, os profissionais que atuam na educação básica e inseridos nessa era digital precisa ter as seguintes competências:

- Capacidade de utilizar e comunicar de maneira disciplinada, crítica e criativa o conhecimento e as ferramentas simbólicas que a humanidade foi construindo através dos tempos.
- Capacidade para viver e conviver democraticamente em grupos humanos cada vez mais heterogêneos, na sociedade global.
- Capacidade de viver e atuar autonomamente e construir o próprio projeto de vida (Gómez, 2015, p. 77).

Os computadores tiveram sua origem na Inglaterra no ano de 1945, mas, foi somente na década de 70 que os microprocessadores começaram a ser desenvolvidos e em seguida comercializados, assim, somente no início da década de 90 que tivemos a dimensão mundial. Com a comercialização e os avanços por meio dos computadores para uso pessoal, surgiu as tecnologias digitais, crescendo e com uma infraestrutura que deu origem a um novo “mundo” denominado ciberespaço (Lévy, 1999). Assim, a educação 4.0 dentro desse contexto da era tecnológica, gerada pelo acesso a informação e a comunicação

A educação 4.0 no contexto da era da tecnologia da informação de comunicação encontra-se no embalo de grandes transformações que englobam as instituições de ensino, os educadores e educandos

CONCLUSÃO

A pandemia de COVID-19 provocou uma crise global que intensificou as desigualdades sociais em todo o mundo, e no Brasil, suas consequências foram sentidas de forma aguda, especialmente entre as populações mais vulneráveis. As medidas de distanciamento social, necessárias para conter a disseminação do vírus, expuseram as fragilidades de um sistema social e econômico marcado por profundas desigualdades estruturais. Trabalhadores informais, essenciais e setores inteiros da população economicamente ativa foram diretamente impactados, evidenciando a falta de políticas públicas eficazes e duradouras que oferecessem suporte e segurança àqueles que mais necessitavam.

A crise sanitária também acelerou mudanças já previstas, principalmente no campo da educação, destacando a importância da transição para a Educação 4.0. No entanto, a implementação dessa nova abordagem educacional, que depende de tecnologia avançada, encontrou obstáculos imensos em um país onde o acesso à infraestrutura digital não é equitativo. A pandemia não apenas

revelou as desigualdades sociais e econômicas no Brasil, como também destacou as disparidades educacionais entre diferentes regiões e classes sociais. Estudantes de escolas públicas, especialmente em áreas mais remotas e economicamente desfavorecidas, enfrentaram dificuldades de acesso ao ensino remoto, o que ampliou a lacuna educacional existente.

A Educação 4.0, que preconiza o uso de tecnologias emergentes como inteligência artificial, robótica e internet das coisas no ambiente educacional, é fundamental para preparar as gerações futuras para as exigências da quarta revolução industrial. No entanto, sua implementação em um país com desigualdades tão acentuadas requer uma reavaliação crítica das políticas públicas voltadas para a inclusão digital e a distribuição equitativa de recursos. Como foi observado ao longo do artigo, a tecnologia, por si só, não é suficiente para garantir que todos os estudantes tenham as mesmas oportunidades de aprendizagem. A infraestrutura digital, o acesso à internet de qualidade, a formação adequada dos professores e a criação de políticas de inclusão digital são fundamentais para garantir que a Educação 4.0 seja uma ferramenta para reduzir, e não ampliar, as desigualdades educacionais.

As experiências durante a pandemia também ressaltaram o papel crucial da educação na promoção da justiça social e na mitigação das desigualdades. No entanto, para que a educação possa cumprir esse papel, é necessário que se invista não apenas em tecnologia, mas também na criação de um ambiente educacional inclusivo e acessível para todos. A pandemia mostrou que as respostas emergenciais, como o Auxílio Emergencial, embora importantes, são insuficientes para lidar com os problemas estruturais da sociedade brasileira. A crise sanitária evidenciou a necessidade de reformas profundas nas políticas sociais e educacionais, a fim de promover uma redistribuição mais equitativa dos recursos e garantir que todos tenham acesso a serviços básicos como saúde, educação e moradia.

Em termos de políticas públicas, é imperativo que o Brasil adote uma abordagem mais integrada e sistêmica. A recuperação pós-pandemia não pode se limitar a ações temporárias e emergenciais; ela deve ser pautada por uma estratégia de longo prazo que enfrente as desigualdades estruturais de maneira efetiva e sustentável. Para isso, é necessário que o Estado invista em infraestrutura social e digital, promovendo a inclusão de populações marginalizadas no processo de transformação digital que está ocorrendo em todo o mundo. O

acesso universal à educação de qualidade, com foco na formação tecnológica, deve ser um dos pilares dessa recuperação.

Além disso, o papel do professor na implementação da Educação 4.0 é fundamental. O novo paradigma educacional exige uma transformação não apenas nos recursos, mas também nas práticas pedagógicas. Para que a Educação 4.0 seja bem-sucedida, é essencial que os professores sejam capacitados e que tenham acesso a formação continuada que os prepare para lidar com as novas tecnologias e metodologias de ensino. A figura do professor como mediador do conhecimento e facilitador da aprendizagem torna-se ainda mais relevante em um contexto onde a autonomia do estudante é incentivada e onde o processo de aprendizado é cada vez mais colaborativo e interdisciplinar.

Por outro lado, o papel das empresas de tecnologia e da sociedade civil na promoção da inclusão digital e na disseminação da Educação 4.0 também deve ser considerado. Parcerias público-privadas podem desempenhar um papel estratégico na democratização do acesso às tecnologias educacionais. A colaboração entre governos, empresas e instituições educacionais é necessária para garantir que todos os estudantes, independentemente de sua condição socioeconômica, tenham acesso aos recursos necessários para uma educação de qualidade.

Outro ponto importante a ser destacado é a necessidade de monitoramento e avaliação contínua das políticas públicas implementadas no contexto pós-pandemia. A adoção de novas tecnologias no ensino e a promoção da inclusão digital devem ser acompanhadas de perto para garantir que os objetivos de equidade e inclusão social sejam alcançados. A criação de indicadores e métricas de avaliação, que permitam acompanhar o impacto dessas políticas na redução das desigualdades educacionais, é essencial para que as ações do governo sejam efetivas e eficientes.

Em conclusão, a pandemia de COVID-19 expôs, de forma contundente, as vulnerabilidades do sistema social, econômico e educacional brasileiro. As desigualdades que já existiam foram exacerbadas, e os desafios enfrentados pelas populações mais pobres se tornaram ainda mais evidentes. A recuperação pós-pandemia requer uma abordagem integrada e inclusiva, que promova a redistribuição equitativa de recursos e assegure que todos os brasileiros tenham acesso a uma educação de qualidade, que os prepare para os desafios do futuro. A implementação da Educação 4.0, embora essencial, precisa ser acompanhada

de políticas públicas robustas que garantam a inclusão digital e o acesso universal à tecnologia.

Somente com a adoção de uma estratégia de longo prazo, que considere as desigualdades estruturais e promova a justiça social, será possível construir um Brasil mais equitativo e preparado para enfrentar as demandas da era digital. O futuro do país depende, em grande parte, da capacidade de seu sistema educacional de se adaptar às novas realidades tecnológicas, sem deixar para trás aqueles que mais precisam. A pandemia deixou claro que o caminho para a recuperação exige um compromisso com a equidade, a inclusão e o desenvolvimento humano, e a educação desempenha um papel central nesse processo.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. **O vilipêndio do coronavírus e o imperativo de reinventar o mundo**. In: TOSTES, Anjuli; MELO FILHO, Hugo (Orgs.). Quarentena: reflexões sobre a pandemia e depois. Bauru: Canal 6, 2020a. p. 181-188.

BAUMAN, Z. Globalização: **As Consequências Humanas**. 1998. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar. Tradução de Marcus Penchel.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Emenda constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc103.htm. Acesso em: 20 abr. 2022.

_____. **Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020**. Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/l13979.htm. Acesso em: 20 abr. 2022.

_____. **Lei nº 13.982/2020 de 02 de abril de 2020**. Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para dispor sobre parâmetros adicionais de caracterização da situação de vulnerabilidade social para fins de elegibilidade ao benefício de prestação continuada (BPC), e estabelece medidas excepcionais de proteção social a serem adotadas durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19) responsável pelo surto de 2019, a que se refere a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro

de 2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/l13982.htm. Acesso em: 20 abr. 2024.

_____. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE**. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Brasília, DF; 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101654_informativo.pdf. Acesso em: 20. Fev. 2024.

CASTELLS, M. **A Sociedade em Rede. A Era da informação: Economia, Sociedade e Cultura**. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999, Vol. 1

GÓMEZ, Ángel I. Pérez. **Educação na era digital: A Escola Educativa**. Porto Alegre: Penso, 2015.

CERVO, A. L. BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. 5.ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

HARVEY, D. **Política anticapitalista em tempos de Covid-19**. In: Davis M; Harvey D; Bihr A; Zibechi R; Badiou A; Zizek S. Coronavírus e a luta de classes. Brasil: Terra Sem Amos; 2020. p. 13-24.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. 3. ed. São Paulo: Ed. 34, 2010.

SPOSATI, A. **Mínimos sociais e seguridade social: uma revolução da consciência da cidadania**. Brasília: SASMPAS/FUNDAP (mimeo.), 1997.

TOWNSEND, P. **Poverty in United Kingdom: A Survey of Household Resources and Standards of Living**. Londres: Penguin Books, 1979.